

PPI					
Portos					
Projeto	UF	Modelo	Base Legal	Andamento	Descrição
Companhia de Docas do Espírito Santo - CODESA	ES	Desestatização	<u>Decreto nº 9.852, de 25 de junho de 2019</u>	<p><u>Fase Atual:</u> Estudos</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 2º trimestre de 2021</p>	<p>A desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) tem o objetivo de modernizar a sua gestão portuária, atrair investimentos e melhorar a operação do setor com a parceria de investimentos privados.</p> <p>O objeto social da CODESA é exercer a função de Autoridade Portuária e administrar e explorar comercialmente os portos organizados de Vitória, Capuaba, Praia Mole e Barra do Riacho e demais instalações portuárias localizadas no Estado do Espírito Santo que lhe forem incorporadas.</p>

<p>Porto Organizado de São Sebastião</p>	<p>SP</p>	<p>Desestatização</p>	<p><u>Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019</u></p>	<p><u>Fase Atual:</u> Estudos <u>Previsão Edital:</u> 1º trimestre de 2022</p>	<p>O projeto consiste na desestatização do Porto Organizado de São Sebastião/SP, bem como dos serviços públicos portuários relacionados.</p>
<p>Porto Organizado de Santos e Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP</p>	<p>SP</p>	<p>Desestatização</p>	<p><u>Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019</u></p>	<p><u>Fase Atual:</u> Estudos <u>Previsão Edital:</u> 3º trimestre de 2021</p>	<p>Incluída no Plano de Privatizações em anúncio realizado pelo Presidente em 21.08.2019.</p> <p>Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República emitiu a Resolução nº 69, de 21 de agosto de 2019, na qual opina para qualificação no âmbito do PPI o Porto Organizado de Santos/SP, bem como serviços públicos portuários a este relacionado, para fins de estudos de desestatização.</p>

<p>IQI 03 - Terminal de granéis líquidos no Porto de Itaqui</p>	<p>MA</p>	<p>Arrendamento</p>	<p><u>Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019</u></p>	<p><u>Fase Atual:</u> Aprovado pelo TCU</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 2º trimestre de 2020</p>	<p>O projeto IQI03 é um arrendamento de terminal portuário, com uma área de 25.726 m², dedicada à movimentação de granéis líquidos, especialmente combustíveis, localizada no Porto Organizado de Itaqui/MA. A previsão de investimentos para o futuro arrendatário é de R\$ 58,7 milhões..</p>
<p>IQI 11 – Terminal de granéis líquidos no Porto de Itaqui</p>	<p>MA</p>	<p>Arrendamento</p>	<p><u>Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019</u></p>	<p><u>Fase Atual:</u> Aprovado pelo TCU</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 2º trimestre de 2020</p>	<p>O projeto IQI 11 é um arrendamento de terminal portuário, com uma área de 33.607m², brownfield, dedicada à movimentação de granéis líquidos no Porto Organizado de Itaqui/MA. A previsão de investimentos é de R\$ 65 milhões.</p>
<p>IQI 12 – Terminal de granéis líquidos no Porto de Itaqui</p>	<p>MA</p>	<p>Arrendamento</p>	<p><u>Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019</u></p>	<p><u>Fase Atual:</u> Aprovado pelo TCU</p> <p><u>Previsão Edital:</u></p>	<p>O projeto IQI12 é um arrendamento de terminal portuário, em uma área greenfield, com 34.183m², dedicado a movimentação de</p>

				2º trimestre de 2020	graneis líquidos no Porto de Itaqui/MA. O projeto prevê R\$ 177,3 milhões em investimentos.
IQI 13 – Terminal de graneis líquidos no Porto de Itaqui	MA	Arrendamento	<u>Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019</u>	<u>Fase Atual:</u> Aprovado pelo TCU <u>Previsão Edital:</u> 2º trimestre de 2020	O projeto IQI13 é um arrendamento de terminal portuário, greenfield, com 32.078 m ² , dedicado a movimentação de graneis líquidos no Porto de Itaqui/MA. Para a implantação da infraestrutura do terminal estão previstos investimentos da ordem de R\$ 178,5 milhões.
ATU 12 – Terminal de graneis sólidos no Porto de Aratu	BA	Arrendamento	<u>Decreto nº 10.138, de 28 de novembro de 2019</u>	<u>Fase Atual:</u> Aguardando aprovação do TCU <u>Previsão Edital:</u> 3º trimestre de 2020	O projeto ATU12 é um arrendamento de terminal portuário, brownfield, com aproximadamente 190.000 m ² , dedicado à movimentação de graneis sólidos, principalmente fertilizantes, concentrado de cobre e minérios no Porto Organizado de Aratu-Candeias/BA. O prazo contratual estimado é de 25

					anos e são previstos investimentos de aproximadamente R\$ 229,7 milhões,
PAR 32 – Terminal de carga geral no Porto de Paranaguá	PR	Arrendamento	Anúncio Governamental	<u>Fase Atual:</u> Estudos <u>Previsão Edital:</u> 3º trimestre de 2020	O projeto PAR 32 é arrendamento de terminal portuário, brownfield, com 6.651 m ² , localizado no Porto Organizado de Paranaguá/PR, dedicado à movimentação de carga geral, com ênfase em açúcar ensacado.
PAR 12 – Terminal de Veículos no Porto de Paranaguá	PR	Arrendamento	<u>Decreto n.º. 9,059, de 25 de maio de 2017</u>	<u>Fase Atual:</u> Estudos <u>Previsão Edital:</u> 1º trimestre de 2020	O projeto PAR 12 é arrendamento de terminal para a movimentação de carga geral (veículos e suas partes), greenfield, com 120 mil m ² no Porto de Paranaguá/PR.

<p>STS 08 – Terminal de granéis líquidos no Porto de Santos</p>	<p>SP</p>	<p>Arrendamento</p>	<p>Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase Atual:</u> Estudos <u>Previsão Edital:</u> 1º trimestre de 2021</p>	<p>Trata-se de área brownfield, de 137.319 m², localizada no Porto Organizado de Santos/SP dedicada à movimentação de granéis líquidos combustíveis. Os investimentos estão estimados em R\$ 264,35 milhões.</p>
<p>STS 14 – Terminal de celulose no Porto de Santos</p>	<p>SP</p>	<p>Arrendamento</p>	<p><u>Decreto nº. 10.138, de 28 de novembro de 2019</u></p>	<p><u>Edital:</u> Publicado <u>Leilão:</u> 28 de agosto de 2020</p>	<p>O projeto STS 14 é um arrendamento de terminal portuário, greenfield, de 31.017m² localizado no Porto Organizado de Santos/SP, dedicado à movimentação de celulose (carga geral).</p>
<p>STS 14-A – Terminal de celulose no Porto de Santos</p>	<p>SP</p>	<p>Arrendamento</p>	<p><u>Decreto nº. 10.138, de 28 de novembro de 2019</u></p>	<p><u>Edital:</u> Publicado <u>Leilão:</u> 28 de agosto de 2020</p>	<p>O projeto STS 14A é um arrendamento de terminal portuário, greenfield, de 34.975 m² localizado no Porto Organizado de Santos/SP, dedicado à movimentação de celulose (carga geral).</p>

<p>SUA 01 – Terminal de Veículos no Porto de Suape</p>	<p>PE</p>	<p>Arrendamento</p>	<p>Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase Atual:</u> Estudos</p>	<p>O projeto SUA 01 é um terminal destinado para movimentação e armazenagem de veículos e cargas roll-on roll-off em áreas localizadas no Porto de Suape.</p>
<p>SUA 05 – Terminal de Contêineres no Porto de Suape</p>	<p>PE</p>	<p>Arrendamento</p>	<p>Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase Atual:</u> Aguardando publicação do Edital <u>Previsão Edital:</u> Não definido</p>	<p>Trata-se de um novo terminal para a movimentação de carga geral, no Porto de Suape. A área em que será instalado o arrendamento é uma área greenfield com área total de 269 mil m², com possibilidade de expansão da área.</p>
<p>ATU 18 – Terminal de granéis sólidos vegetais no Porto de Aratu</p>	<p>BA</p>	<p>Arrendamento</p>	<p>Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase Atual:</u> Aguardando aprovação do TCU <u>Previsão Edital:</u> 3º trimestre de 2020</p>	<p>Trata-se de arrendamento de terminal portuário, greenfield, com uma área de 51.562 m², dedicada à movimentação de granéis sólidos,</p>

<p>MAC 10 – Terminal de granéis líquidos no Porto de Maceió</p>	<p>AL</p>	<p>Arrendamento</p>	<p>Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase Atual:</u> Aguardando aprovação do TCU <u>Previsão Edital:</u> 3º trimestre de 2020</p>	<p>Trata-se de arrendamento de terminal portuário com uma área de 7.932 m2, dedicada à movimentação de granéis líquidos, especialmente ácido sulfúrico.</p>
<p>MCP 02 – Terminal de granéis sólidos no Porto de Santana</p>	<p>AP</p>	<p>Arrendamento</p>	<p>Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase Atual:</u> Aguardando aprovação do TCU <u>Previsão Edital:</u> 3º trimestre de 2020</p>	<p>Trata-se de arrendamento de terminal portuário, brownfield, com uma área de 3.136,74 m2, dedicada à movimentação de granéis sólidos, de granel vegetal sólido, especialmente farelo de soja.</p>
<p>PAR 50 – Terminal de granéis líquidos no Porto de Parangará</p>	<p>PR</p>	<p>Arrendamento</p>	<p>Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase Atual:</u> Estudos <u>Previsão Edital:</u> 4º trimestre de 2020</p>	<p>Trata-se de arrendamento de terminal portuário com uma área de 85.616 m2, dedicada à movimentação, armazenagem e distribuição de granéis líquidos combustíveis, especialmente produtos químicos, etanol e óleos vegetais.</p>

VDC 10 – Terminal de granéis líquidos no Porto de Vila do Conde	PA	Arrendamento	Anúncio Governamental	<u>Fase Atual:</u> Estudos <u>Previsão Edital:</u> 4º trimestre de 2020	Trata-se de arrendamento de terminal portuário com uma área de 162.856 m2, dedicada à movimentação, armazenagem Granel Líquido, Alumina e Hidrato.
MCP 01 – Terminal de Cavaco no Porto de Santana	AP	Arrendamento	<u>Decreto nº. 9,059, de 25 de maio de 2017</u>	<u>Fase Atual:</u> Estudos	Em virtude de o leilão ter sido deserto, esse projeto está sendo remodelado.
PAR 07, PAR 08, PAR XX – Terminais Portuários de Grãos no Porto Paranaguá	PR	Arrendamento	Anúncio Governamental	<u>Fase Atual:</u> Estudos	Trata-se de arrendamento de áreas localizadas dentro do Porto de Paranaguá (PAR 07, PAR 08 e PAR XX), dedicadas à movimentação de granéis sólidos vegetais.

Aeroportos					
Projeto	UF	Modelo	Base Legal	Andamento	Descrição

<p>6ª Rodada de Concessões Aeroportuárias – Blocos Sul, Norte I e Central</p>	<p>AC,AM,GO,MA,PR,PE,PI,RS,RO,RR,SC,TO</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p><u>Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019</u></p>	<p><u>Fase Atual:</u> Estudos</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 3º trimestre de 2020</p>	<p>Projeto de concessão para ampliação, manutenção e exploração de 22 terminais aeroportuários. Bloco Sul:1. Aeroporto Internacional da Curitiba, 2. Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu, 3. Aeroporto Internacional de Navegantes, 4. Aeroporto de Londrina, 5. Aeroporto de Joinville,6. Aeroporto de Bacacheri, 7. Aeroporto Internacional de Pelotas, 8. Aeroporto Internacional de Uruguaiana, 9. Aeroporto Internacional de Bagé. Bloco Norte I:1. Aeroporto Internacional de Manaus,2. Aeroporto Internacional de Porto Velho,3. Aeroporto de Rio Branco,4. Aeroporto Internacional de Boa Vista,5. Aeroporto Internacional Cruzeiro do Sul, 6. Aeroporto Internacional de Tabatinga,7. Aeroporto de Tefé.Bloco</p>
--	--	------------------------	---	---	---

					Central: 1. Aeroporto de Goiânia,2. Aeroporto Internacional de São Luís,3. Aeroporto de Teresina,4. Aeroporto de Palmas,5. Aeroporto de Petrolina,6. Aeroporto de Imperatriz
7ª Rodada de Concessões Aeroportuárias			Anúncio Governamental	<u>Previsão Edital:</u> 1º trimestre de 2022	Incluirá, entre outros, os terminais de Congonhas e Santos Dumont.
Rede DAESP	SP	Concessão comum	Anúncio Governamental	<u>Fase Atual:</u> Consulta Pública	Concessão para ampliação, operação, manutenção e exploração da infraestrutura dos 20 aeroportos administrados pelo Daesp. Inclui os aeroportos de São José dos Campos, Barretos e Guaratinguetá, hoje operados pela Infraero.
Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária)	MG,RJ,SP	Desestatização	<u>Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019</u>	<u>Previsão para venda:</u> 2º semestre de 2020.	Alienação das participações acionárias da Infraero correspondentes a 49% do capital social das concessionárias dos seguintes aeroportos:

					<ol style="list-style-type: none"> 1. Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP), 2. Aeroporto Internacional de Confins (MG), 3. Aeroporto Internacional do Galeão (RJ), 4. Aeroporto Internacional de Brasília (DF).
--	--	--	--	--	--

Rodovias					
Projeto	UF	Modelo	Base Legal	Andamento	Descrição
Concessão das Rodovias BR-153/282/470/SC e SC-412	SC	Concessão Comum	Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019	<p><u>Fase atual:</u> Estudos.</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 1º trimestre de 2021</p>	Os trechos a serem concedidos são: 1. Rodovia BR-470, entre Navegantes/SC, até a divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; 2. Rodovia BR-282, entre o entroncamento com a BR-470, até o entroncamento com a BR-153; 3. Rodovia BR-153/SC, entre o entroncamento com a Rodovia BR-282, no Município de Irani, até a divisa entre os Estados de Santa Catarina e

					Rio Grande do Sul;4. SC-412, no trecho entre Itajaí, BR-101 até a entrada do Município de Gaspar.
Concessão das rodovias BR-163/230/MT/PA - Trecho entre Sinop/MT e Miritituba/PA	MT, PA	Concessão Comum	<u>Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019</u>	<u>Fase atual:</u> Consulta Pública <u>Previsão Edital:</u> 3º trimestre de 2020.	Os trechos a serem concedidos são: 1. Trecho da Rodovia BR-163/MT, entre a Divisa PA/MT ao Entroncamento MT-220, no Município de Sinop; 2. Trecho da Rodovia BR-163/PA, entre o Entroncamento com a BR-230/PA e a Divisa PA/MT; 3. Trecho da Rodovia BR-230/PA, entre o Entroncamento com a Rodovia BR-163/PA e a Travessia do Rio Tapajós.

<p>Concessão das rodovias BR-381/262/MG/ES - Trecho da BR- 381/MG entre Belo Horizonte e Gov. Valadares e BR-262/MG/ES entre João Monlevade/MG e Viana/ES</p>	<p>ES,MG</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p><u>Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019</u></p>	<p><u>Fase atual:</u> Consulta Pública</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 3º trimestre de 2020</p>	<p>Os trechos a serem concedidos são:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Rodovia BR-262/ES, no trecho entre o entroncamento com a BR-101(B) – Viana/ES - até a divisa ES/MG; 2. BR-262/MG, no trecho entre Divisa ES/MG até o entroncamento com a BR-381/MG – João Monlevade/MG; e 3. BR-381/MG, no trecho entre Belo Horizonte/MG até Governador Valadares/MG. <p>O trecho em questão tem extensão de 672 km.</p>
<p>Concessão das Rodovias Integradas do Paraná - BR-153/158/163/272/277/369/373/376/476/PR e estaduais relevantes</p>	<p>PR</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p><u>Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019</u></p>	<p><u>Fase atual:</u> Estudos</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 2º trimestre de 2021</p>	<p>Os eixos selecionados para estudos somam mais de 4.100 km e interligam o porto de Paranaguá, a Região Metropolitana de Curitiba (29 municípios), as regiões oeste e norte do Estado e a Ponte da</p>

					Amizade, na fronteira com o Paraguai.
Concessão Rodovia BR 364/RO/MT – Porto Velho/RO a Comodoro /MT	MT, RO	Concessão Comum	<u>Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019</u>	<u>Fase atual:</u> Aguardando início dos estudos	Proposta de concessão abrange o trecho entre o entroncamento com a BR-174 (A) em Comodoro/MT e Porto Velho/RO (Acesso Ulisses Guimarães), totalizando 806,3 quilômetros de extensão.
Concessão da Rodovia Federal BR-158/MT	MT	Concessão Comum	Anúncio Governamental	<u>Fase atual:</u> Aguardando início dos estudos	O empreendimento contempla a implantação e pavimentação da BR-158, um dos eixos longitudinais do Estado do Mato Grosso na logística de transportes, em especial para o escoamento da safra de grãos, a qual requer licença de instalação para sua concretização. Localizado entre a Divisa dos estados do Mato Grosso e Pará e o município de Ribeirão Cascalheira/MT, totaliza 417,80 km de extensão, incluindo-se aí o

					segmento de contorno leste da Terra Indígena Marãiwatsédé.
Concessão Rodovia BR – 040/495/MG/RJ (Concer) – Juiz de Fora a Rio de Janeiro	RJ, MG	Concessão Comum	<u>Decreto nº 9.059, de 25 de maio de 2017</u>	<u>Fase atual:</u> Estudos <u>Previsão Edital:</u> 3º trimestre de 2020	O projeto do trecho da BR-040/MG/RJ faz a ligação entre o Rio de Janeiro/RJ e Juiz de Fora/MG. É o principal corredor rodoviário entre os estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, além de ser um trecho relevante na rodovia radial que faz a ligação entre Brasília e Rio de Janeiro, Está implantado numa extensão de 180,4 km.
Concessão Rodovia BR – 116/465/101/SP/RJ (Dutra)	RJ, SP	Concessão Comum	<u>Decreto nº 9.059, de 25 de maio de 2017</u>	<u>Fase atual:</u> Aguardando aprovação do TCU <u>Previsão Edital:</u> 4º trimestre de 2020	O projeto do trecho da BR-116/RJ/SP (Nova Dutra) tem 402 km de extensão e faz a ligação entre as duas maiores regiões metropolitanas do País (São Paulo e Rio de Janeiro). A rodovia também é a principal ligação entre o Nordeste e o Sul do país, cortando 34 cidades. No estudo de pré-viabilidade o

					<p>escopo do empreendimento foi aumentado para 635 km, sendo 346 km na BR-116/RJ/SP; 266 km na BR-101/RJ/SP e 23 km na BR-465/RJ.</p>
<p>Concessão Rodovia BR – 116/493/RJ/MG</p>	RJ	Concessão Comum	<p><u>Decreto nº 9.059, de 25 de maio de 2017</u></p>	<p><u>Fase atual:</u> Estudos</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 3º trimestre de 2020</p>	<p>O projeto do trecho da BR-116/RJ (Rodovia Santos Dumont), localizado na região onde estão os municípios de Duque de Caxias (a partir do entroncamento com a BR-040/RJ), Magé, Guapimirim, Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto e Sapucaia no Estado do Rio de Janeiro, indo até a divisa com Minas Gerais, próximo à cidade de Além Paraíba.</p> <p>Está implantado numa extensão de 142,5 km e o empreendimento é administrado pela Concessionária Rio-Teresópolis (CRT).</p>

Concessão Rodovia BR – 153/080/414/GO/TO	GO, TO	Concessão Comum	Anúncio Governamental	<p><u>Fase atual:</u> Aguardando aprovação do TCU</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 3º trimestre de 2020.</p>	<p>Os trechos a serem concedidos são:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Rodovia BR-153/TO/GO, entre Aliança do Norte e Anápolis; 2. Rodovia BR-080/GO, entre Gurupi (BR-153) até Assunção de Goiás (BR-414); 3. Rodovia BR-414/GO, entre Assunção de Goiás até Anápolis.
Concessão BR – 040/DF/GO/MG	DF, GO, MG	Concessão Comum	Anúncio Governamental	<p><u>Fase atual:</u> Estudos</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 2º trimestre de 2021</p>	<p>Trata-se da relicitação da BR-040/DF/GO/MG em função do pedido de rescisão amigável do contrato de concessão. O projeto pretende garantir a continuidade dos serviços operacionais e obras de recuperação, manutenção, monitoração, ampliação de capacidade e melhorias do eixo Brasília - Juiz de Fora</p>
Ferrovias					
Projeto	UF	Modelo	Base Legal	Andamento	Descrição

<p><u>Concessão da EF-354 - Ferrovia de Integração Centro-oeste</u></p>	<p>GO, MT</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p>Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase atual:</u> Estudos</p>	<p>Ferrovia com cerca de 4.400km de extensão, desde o Litoral Norte Fluminense até Boqueirão da Esperança/AC. Resolução do Conselho PPI, nº 41, 02.07.18</p>
<p><u>Concessão do Tramo Norte do Ferroanel de São Paulo</u></p>	<p>SP</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p>Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase atual:</u> Estudos</p>	<p>Projeto de ramal ferroviário de 53 km de extensão que interligará Perus em São Paulo e Manoel Feio em Itaquaquecetuba, área contígua ao traçado do Rodoanel. Permitirá a movimentação de cargas do interior do Estado para o Porto de Santos, bem como a passagem de comboios entre o interior e o Vale do Paraíba. Resolução do Conselho PPI, nº 41, 02.07.18.</p>

<p><u>Ferrovias EF-170 – MT/PA - Ferrogrão</u></p>	<p>MT, PA</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p><u>Decreto nº 9.972, de 14 de agosto de 2019 alterou o Decreto nº 8.094, de 4 de setembro de 2013.</u></p>	<p><u>Fase atual:</u> Consulta Pública</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 4º trimestre de 2020</p>	<p>A ferrovia conta com uma extensão de 933 km, conectando a região produtora de grãos do Centro-Oeste ao Estado do Pará, desembocando no Porto de Miritituba. Estão previstos, também, o ramal de Santarenzinho, entre Itaituba e Santarenzinho, no município de Rurópolis/PA, com 32 km, e o ramal de Itapacurá, com 11 km.</p>
<p><u>Ferrovias EF-334/BA - Ferrovia de Integração Oeste - Leste-FIOL (trecho entre Ilhéus/BA e Caetité/BA)</u></p>	<p>BA</p>	<p>Subconcessão</p>	<p><u>Decreto nº 8.916, de 25 de novembro de 2016.</u></p>	<p><u>Fase atual:</u> Aguardando aprovação do TCU</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 2º trimestre de 2020</p>	<p>A FIOL tem extensão de 1.527km, entre Ilhéus/BA e Figueirópolis/TO. O investimento total atual previsto para as obras dos trechos 1 e 2 da FIOL (Ilhéus/BA – Caetité/BA e Caetité/BA – Barreiras/BA) é da ordem de R\$ 6,4 bilhões. A Ferrovia constitui-se em importante corredor de escoamento de minério do sul do estado da Bahia (Caetité e</p>

					Tanhaçu) e de grãos do oeste baiano. Há ainda a possibilidade de integração futura com a Ferrovia Norte-Sul, indo ao encontro do objetivo de integração das malhas ferroviárias e melhora das condições logísticas do país.
--	--	--	--	--	---

Mobilidade Urbana					
Projeto	UF	Modelo	Base Legal	Andamento	Descrição
Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU)	AL, MG, PB, PE, RN	Desestatização	Decreto nº 9.999, de 3 de setembro de 2019	<u>Fase atual:</u> Estudos <u>Previsão Edital:</u> 2º trimestre de 2021	Incluída no Plano de Privatizações em anúncio realizado pelo Presidente em 21.08.2019.

<u>Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb)</u>	RS	Desestatização	<u>Decreto nº 9.998, de 3 de setembro de 2019</u>	Fase atual: estudos não iniciados. Previsão Edital: 4º trimestre de 2020	Incluída no Plano de Privatizações em anúncio realizado pelo Presidente em 21.08.2019.
Energia					
Projeto	UF	Modelo	Base Legal	Andamento	Descrição
Eletrobras	AC, AL, AP, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, SP, SE, TO	Privatização	<u>Decreto nº 9.351, de 19 de abril de 2018</u>	Fase atual: estudos não iniciados.	A proposta de desestatização tem por objetivo reduzir a participação da União no capital da Eletrobras preservando o poder de veto para garantir a manutenção de decisões estratégicas para o País. <u>A redução da participação será feita por meio da emissão de papéis da empresa sem subscrição da União, conforme</u>

					<u>previsto no Projeto de Lei nº 9.463/2018.</u>
Leilão de Energia Nova A-4/2020		Concessão Comum	<u>Portaria nº. 455, de 6 de dezembro de 2019</u>	<u>Fase atual:</u> Aguardando aprovação do TCU.	Os leilões de energia nova A-4 são a base para a expansão do sistema elétrico brasileiro e se destinam a atender a demanda declarada pelas distribuidoras para fazer face ao crescimento do seu mercado consumidor, no horizonte de 4 anos à frente.
Leilão de Energia Nova A-6/2020		Concessão Comum	<u>Portaria nº. 455, de 6 de dezembro de 2019</u>	<u>Fase atual:</u> Estudos.	Os leilões de energia nova A-6 são a base para a expansão do sistema elétrico brasileiro e se destinam a atender a demanda declarada pelas distribuidoras para fazer face ao crescimento do seu mercado consumidor, no horizonte de 6 anos à frente.

Mineração

Projeto	UF	Modelo	Base Legal	Andamento	Descrição
Cobre de Bom Jardim de Goiás	GO	Concessão de Direito Exploratório	Anúncio Governamental	<p><u>Fase atual:</u> Aguardando consulta pública</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 3º trimestre de 2020</p>	<p>O projeto foi qualificado na 1ª Reunião do Conselho do PPI, em 13 de setembro de 2016.</p> <p>O projeto de Cobre de Bom Jardim de Goiás conta com 6.725,40 metros de perfurações realizadas.</p>
Fosfato de Miriri	PE	Concessão de Direito Exploratório	Anúncio Governamental	<p><u>Fase atual:</u> Aguardando consulta pública</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 3º trimestre de 2020</p>	<p>O projeto foi qualificado na 1ª Reunião do Conselho do PPI, em 13 de setembro de 2016.</p> <p>A concessão engloba sete processos minerários com área total de 7.572,84 ha;</p>
Carvão de Candiota	RS	Concessão de Direito Exploratório	Anúncio Governamental	<p><u>Fase atual:</u> Aguardando consulta pública</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 1º trimestre de 2021</p>	<p>O projeto foi qualificado na 1ª Reunião do Conselho do PPI, em 13 de setembro de 2016.</p> <p>O projeto Carvão de Candiota da CPRM é constituído por 11 títulos de pesquisa totalizando 20.353 ha.</p>

Caulim do Rio Capim	PA	Concessão de Direito Exploratório	Anúncio Governamental	<u>Fase Atual:</u> Estudos	<p>O projeto foi qualificado na 1ª Reunião do Conselho do PPI, em 13 de setembro de 2016.</p> <p>Trata-se de dois conjuntos de requerimentos de pesquisa, denominados Bloco Sul e Bloco Norte, com 1.000 hectares, totalizando dez áreas e 10.000 hectares no total.</p>
----------------------------	----	-----------------------------------	-----------------------	-------------------------------	--

Saneamento básico					
Projeto	UF	Modelo	Base Legal	Andamento	Descrição
Saneamento básico - São Simão	GO	Concessão Comum	Anúncio Governamental	<p><u>Fase atual:</u> Estudos</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 3º trimestre de 2020</p>	<p>Trata-se de concessão destinadas à realização de investimentos, gestão e execução dos serviços de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos - RSU no município de São Simão/GO.</p> <p>Os serviços incluídos contemplam o abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, com a possibilidade de</p>

					realizar a concessão integrada das três modalidades.
Esgotamento sanitário - Crato	CE	Concessão Comum	Anúncio Governamental	<u>Fase atual:</u> Estudos <u>Previsão Edital:</u> 3º trimestre de 2020	Trata-se de concessão destinada à realização de investimentos, gestão e execução dos serviços de esgotamento sanitário no município de Crato/CE.
Esgotamento sanitário - Volta Redonda	RJ	Concessão Comum	Anúncio Governamental	<u>Fase atual:</u> Estudos <u>Previsão Edital:</u> 1º semestre de 2020	Trata-se de concessão destinada à realização de investimentos, gestão e execução dos serviços de esgotamento sanitário no município de Volta Redonda/RJ.
Esgotamento sanitário - São Gonçalo do Amarante	RN	Concessão Comum	Anúncio Governamental	<u>Fase atual:</u> Estudos	Trata-se de concessão destinada à realização de investimentos, gestão e execução dos serviços de esgotamento sanitário no município de São Gonçalo do Amarante/RN.
Resíduos sólidos					

Projeto	UF	Modelo	Base Legal	Andamento	Descrição
Resíduos sólidos – Consórcio COMARES	CE	Concessão Comum	Anúncio Governamental	<u>Fase atual:</u> Estudos <u>Previsão Edital:</u> 2º semestre de 2020	Trata-se de concessão destinada à realização de investimentos, gestão e execução dos serviços de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos - RSU para os municípios do Consórcio Municipal para Aterro de Resíduos Sólidos – Unidade Crato – COMARES. Os serviços incluídos contemplam o transbordo, transporte e disposição final de RSU e não inclui os serviços de coleta, conservação urbana como varrição, poda e capina. de conservação urbana como varrição, poda e capina.
Resíduos sólidos – Teresina	PI	Concessão Comum	Anúncio Governamental	<u>Fase atual:</u> Estudos <u>Previsão Edital:</u> 2º semestre de 2020	Trata-se de concessão destinada à realização de investimentos, gestão e execução dos serviços de Gestão de Resíduos Sólidos

					<p>Urbanos - RSU para o município de Teresina.</p> <p>Os serviços incluídos contemplam a coleta, transbordo, transporte e disposição final de RSU e não inclui os serviços de conservação urbana como varrição, poda e capina.</p>
<p>Resíduos sólidos – Consórcio CONVALE</p>	<p>MG</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p>Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase atual:</u> Estudos</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 2º semestre de 2020</p>	<p>Trata-se de concessão destinada à realização de investimentos, gestão e execução dos serviços de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos - RSU para os municípios do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Grande - CONVALE.</p> <p>Os serviços incluídos contemplam a coleta, transbordo, transporte e disposição final de RSU e não inclui os serviços de</p>

					conservação urbana como varrição, poda e capina.
Resíduos sólidos – Bauru	SP	Concessão Comum	Anúncio Governamental	<p><u>Fase atual:</u> Consulta pública</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 2º semestre de 2020.</p>	<p>Trata-se de concessão destinada à realização de investimentos, gestão e execução dos serviços de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos - RSU para o município de Bauru. Os serviços incluídos contemplam a coleta, transbordo, transporte e disposição final de RSU e não inclui os serviços de conservação urbana como varrição, poda e capina.</p>

Iluminação Pública					
Projeto	UF	Modelo	Base Legal	Andamento	Descrição

Iluminação Pública – Patos de Minas	MG	Parceria Público-Privada (PPP)	Anúncio Governamental	<u>Fase atual:</u> Estudos	Trata-se de PPP para modernização de cerca de 23.000 pontos do parque de IP da cidade adequando-os às normas técnicas vigentes, tendo como fonte de recursos a Contribuição para Iluminação Pública - COSIP.
Iluminação Pública – Toledo	PR	Parceria Público-Privada (PPP)	Anúncio Governamental	<u>Fase atual:</u> Estudos <u>Previsão Edital:</u> 1º semestre de 2021	Trata-se de PPP para modernização de quase 23 mil pontos do parque de IP da cidade adequando-os às normas técnicas vigentes.
Iluminação Pública – Cachoeiro de Itapemirim	ES	Parceria Público-Privada (PPP)	Anúncio Governamental	<u>Fase atual:</u> Estudos <u>Previsão Edital:</u> 3º trimestre de 2020.	Trata-se de projeto para modernização de quase 32 mil pontos do parque de IP da cidade adequando-os às normas técnicas vigentes.
Iluminação Pública – Belém	PA	Parceria Público-Privada (PPP)	Anúncio Governamental	<u>Fase atual:</u> Consulta pública <u>Previsão Edital:</u>	Trata-se de projeto para modernização de quase 82 mil pontos do parque de IP da cidade adequando-os às normas técnicas vigentes

				2º trimestre de 2020	
Iluminação Pública – Aracajú	SE	Parceria Público-Privada (PPP)	Anúncio Governamental	<u>Fase atual:</u> Consulta pública <u>Previsão Edital:</u> 2º trimestre de 2020	Trata-se de projeto para modernização de 50 mil pontos do parque de IP da cidade adequando-os às normas técnicas vigentes
Iluminação Pública – Feira de Santana	BA	Parceria Público-Privada (PPP)	Anúncio Governamental	<u>Fase atual:</u> Consulta pública <u>Previsão Edital:</u> 2º trimestre de 2020	Trata-se de projeto para modernização de 61 mil pontos do parque de IP da cidade adequando-os às normas técnicas vigentes
Iluminação Pública – Camaçari	BA	Parceria Público-Privada (PPP)	Anúncio Governamental	<u>Fase atual:</u> Consulta pública <u>Previsão Edital:</u> 2º trimestre de 2020	Trata-se de projeto para modernização de 32 mil pontos do parque de IP da cidade adequando-os às normas técnicas vigentes

Iluminação Pública – Sapucaia do Sul	RS	Parceria Público-Privada (PPP)	Anúncio Governamental	<u>Fase atual:</u> Consulta pública <u>Previsão Edital:</u> 2º trimestre de 2020	Trata-se de projeto para modernização de 12 mil pontos do parque de IP da cidade adequando-os às normas técnicas vigentes
Iluminação Pública – Franco da Rocha	SP	Parceria Público-Privada (PPP)	Anúncio Governamental	<u>Fase atual:</u> Consulta pública <u>Previsão Edital:</u> 2º trimestre de 2020	Trata-se de projeto para modernização de 10 mil pontos do parque de IP da cidade adequando-os às normas técnicas vigentes
Iluminação Pública – Corumbá	MS	Parceria Público-Privada (PPP)	Anúncio Governamental	<u>Fase atual:</u> Estudos <u>Previsão Edital:</u> 2º trimestre de 2020	Trata-se de projeto para modernização de 10 mil pontos do parque de IP da cidade adequando-os às normas técnicas vigentes
Iluminação Pública – Campinas	SP	Parceria Público-Privada (PPP)	Anúncio Governamental	<u>Fase atual:</u> Consulta pública <u>Previsão Edital:</u>	Trata-se de projeto para modernização de cerca de 112 mil pontos do parque de IP da cidade adequando-os às normas técnicas vigentes

				2º trimestre de 2020	
--	--	--	--	----------------------	--

Parques Nacionais e Florestas					
Projeto	UF	Modelo	Base Legal	Andamento	Descrição
Floresta Nacional de Canela	RS	Concessão Comum	Anúncio Governamental	<p><u>Fase atual:</u> Consulta Pública</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 3º trimestre de 2020</p>	<p>A unidade está localizada num polo turístico consolidado nacionalmente – a Serra Gaúcha – que recebe cerca de 2,5 milhões de turistas ao ano, próxima dos municípios de Canela e Gramado. Destacam-se as matas de Araucárias, as lagoas de Tiririca e Xaxins, além das edificações históricas, com potencial de visitação. Possui vocação para o turismo de aventura, a exemplo de tirolesa, quadriciclo, camping, caiaque, entre outros.</p>

<p>Floresta Nacional de São Francisco de Paula</p>	<p>RS</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p>Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase atual:</u> Consulta Pública</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 3º trimestre de 2020</p>	<p>A unidade está localizada na região de Campos de Cima da Serra e integra a região das Hortênsias que é um polo turístico consolidado nacionalmente – a Serra Gaúcha. Recebe anualmente mais de 2,5 milhões de turistas e possui áreas de relevo acidentado, além de diversas cachoeiras, um conjunto de lagos e edificações históricas com potencial de visitação.</p>
<p>Floresta de Humaitá</p>	<p>AM</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p>Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase atual:</u> Estudos</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 2º trimestre de 2020</p>	<p>A Floresta Nacional do Humaitá é uma unidade de conservação gerida pelo ICMBio, com área aproximada de 468 mil hectares, dos quais aproximadamente 310 mil podem ser destinados ao manejo empresarial. Localizada no sul do Estado do Amazonas, integralmente no Município de Humaitá, na bacia do Rio Madeira, no interflúvio Madeira-Tapajós.</p>

<p>Floresta de Iquiri</p>	<p>AM</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p>Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase atual:</u> Estudos</p>	<p>A Floresta Nacional do Iquiri é uma unidade de conservação federal gerida pelo ICMBio, com área aproximada de 1,47 milhão de hectares, dos quais aproximadamente 883 mil podem ser destinados ao manejo empresarial. Localizada no sul do Estado do Amazonas, integralmente no Município de Lábrea, próximo ao limite com os Estados de Rondônia e Acre.</p>
<p>Floresta de Castanho</p>	<p>AM</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p>Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase atual:</u> Estudos</p>	<p>O Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF de 2020 indicou uma área de Floresta Pública Federal destacada da Gleba Castanho destinada à concessão florestal. A área totaliza cerca de 165 mil hectares, dos quais aproximadamente 120 mil podem ser destinados ao manejo empresarial.</p>

<p>Parque Nacional de Jericoacoara</p>	<p>CE</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p><u>Decreto nº. 10.147, de 2 de dezembro de 2019</u></p>	<p><u>Fase atual:</u> Estudos</p>	<p>A qualificação do Parque Nacional de Jericoacoara no PPI, feita por meio da Resolução CPPI nº 79, de 21 de agosto de 2019, tem por objetivo a concessão da prestação de serviço público de apoio a visitação, bem como serviços de apoio à conservação, à proteção e à gestão da unidade de conservação.</p>
<p>Parque Nacional de Lençóis Maranhenses</p>	<p>MA</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p><u>Decreto nº. 10.147, de 2 de dezembro de 2019</u></p>	<p><u>Fase atual:</u> Estudos</p>	<p>A qualificação do Parque Nacional de Lençóis Maranhenses no PPI, feita por meio da Resolução CPPI nº 79, de 21 de agosto de 2019, tem por objetivo a concessão da prestação de serviço público de apoio a visitação, bem como serviços de apoio à conservação, à proteção e à gestão da unidade de conservação.</p>

<p>Parque Nacional de Nova Iguaçu</p>	<p>PR</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p><u>Decreto nº. 10.147, de 2 de dezembro de 2019</u></p>	<p><u>Fase atual:</u> Estudos</p>	<p>A qualificação do Parque Nacional de Nova Iguaçu no PPI, feita por meio da Resolução CPPI nº 79, de 21 de agosto de 2019, tem por objetivo a concessão da prestação de serviço público de apoio a visitação, bem como serviços de apoio à conservação, à proteção e à gestão da unidade de conservação.</p>
<p>Parque Nacional de Aparados da Serra e Serra Geral</p>	<p>RS, SC</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p><u>Decreto nº 10.331, de 28 de abril de 2020</u></p>	<p><u>Fase atual:</u> Aguardando aprovação do TCU</p>	<p>O Parque Nacional de Aparados da Serra e Serra Geral são unidades de conservação geridos pela ICMBio, que possuem gestão compartilhada, dividindo a mesma equipe de trabalho, conselho consultivo, Plano de Manejo e sede administrativa. O Parque Nacional de Aparados da Serra possui 13.141 hectares e o Parque Nacional Serra Geral possui 17.301 hectares.</p>

Terminais Pesqueiros					
Projeto	UF	Modelo	Base Legal	Andamento	Descrição
Terminal Pesqueiro de Cabedelo	PB	Concessão Comum	<u>Decreto nº 10.383, de 28 de maio de 2020</u>	<p><u>Fase atual:</u> Consulta pública</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 2º trimestre de 2020</p>	O Terminal localiza-se em área contígua ao Porto de Cabedelo, com área para atracação de embarcações de pesca oceânica e dotado de faixa de cais em plataforma de concreto com cerca de 100 m. de extensão. Contém estrutura de um píer flutuante para apoiar operações da frota artesanal, 3,6 mil m2 de área construída em seus diversos pavilhões, bem como uma unidade de tratamento de efluentes e área externa com água potável, poço artesiano, portaria de acesso, e pátio de manobras de veículos.

<p>Terminal Pesqueiro de Belém</p>	<p>PA</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p><u>Decreto nº 10.383, de 28 de maio de 2020</u></p>	<p><u>Fase atual:</u> Estudos</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 3º trimestre de 2020</p>	<p>O TPP de Belém tem aproximadamente 40.000 m², e localiza-se no bairro do Tapanã, em Belém. O terreno é voltado à Baía de Guajará, e situa-se a 120 Km do Oceano Atlântico.</p> <p>Na região do TPP há diversos portos de desembarque de pescados, voltados tanto para a pesca artesanal quanto para a indústria. A área construída é de 14.000 m², com uma área adicional de 5.000 m² destinada ao cais de atracação para as embarcações.</p>
<p>Terminal Pesqueiro de Manaus</p>	<p>AM</p>	<p>Concessão Comum</p>	<p><u>Decreto nº 10.383, de 28 de maio de 2020</u></p>	<p><u>Fase atual:</u> Estudos</p> <p><u>Previsão Edital:</u> 3º trimestre de 2021</p>	<p>O Terminal Pesqueiro Público de Manaus teve as obras concluídas em 2010. O seu cais flutuante se encontra em operação parcial e o terminal tem capacidade para recepção de 200 t/dia de pescado.</p>

Outros					
Projeto	UF	Modelo	Base Legal	Andamento	Descrição
Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT	DF	Desestatização	Decreto nº 10.066, de 15 de outubro de 2019	<u>Fase atual:</u> estudos não iniciados.	Incluída no Plano de Privatizações em anúncio realizado pelo Presidente em 21.08.2019. Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República emitiu a Resolução nº 68, de 21 de agosto de 2019, pela qualificação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.
Casa da Moeda	DF	Desestatização	Decreto nº 10.054, de 14 de outubro de 2019	<u>Fase atual:</u> Estudos	Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República emitiu a Resolução nº 17, de 23 de agosto de 2017, na qual pina pela qualificação de

					medidas de desestatização relacionadas à Casa da Moeda do Brasil, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, e recomenda a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.
Telebras - Telecomunicações Brasileiras S.A.	DF	Desestatização	<u>Decreto nº 10.067, de 15 de outubro de 2019</u>	<u>Fase atual:</u> estudos não iniciados.	Incluída no Plano de Privatizações em anúncio realizado pelo Presidente em 21.08.2019. Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República emitiu a Resolução nº 67, de 21 de agosto de 2019, na qual opina pela qualificação da Telebras – Telecomunicações Brasileiras S.A., n Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

<p>Serpro - Serviço Federal de Processamento de Dados</p>		<p>Desestatização</p>	<p>Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase atual:</u> estudos não iniciados.</p>	<p>Incluída no Plano de Privatizações em anúncio realizado pelo Presidente em 21.08.2019.</p> <p>Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República emitiu a Resolução nº 83, de 21 de agosto de 2019, na qual opina pela qualificação da SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de estudar alternativas de desestatização.</p>
<p>Dataprev - Empresa De Tecnologia e Informações Da Previdência</p>		<p>Desestatização</p>	<p>Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase atual:</u> estudos não iniciados.</p>	<p>Incluída no Plano de Privatizações em anúncio realizado pelo Presidente em 21.08.2019.</p> <p>Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República</p>

					emitiu a Resolução nº 84, de 21 de agosto de 2019, na qual opinou pela qualificação da DATAPREV - Empresa De Tecnologia e Informações Da Previdência, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de estudar alternativas de desestatização.
Emgea - Empresa Gestora de Ativos S.A.	DF	Desestatização	<u>Decreto nº 10.008, de 5 de setembro de 2019</u>	<u>Fase atual:</u> Estudos	<p>Incluída no Plano de Privatizações em anúncio realizado pelo Presidente em 21.08.2019.</p> <p>Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República emitiu a Resolução nº 65, de 21 de agosto de 2019, na qual opinou pela qualificação da Empresa Gestora de Ativos S.A. - EMGEA no Programa de Parcerias de Investimentos — PPI e inclusão no Programa</p>

					Nacional de Desestatização — PND.
ABGF - Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.		Desestatização	<u>Decreto nº 10.007, de 5 de setembro de 2019</u>	<u>Fase atual:</u> estudos em discussão entre as equipes do Ministério da Economia e da Secretaria do PPI.	Incluída no Plano de Privatizações em anúncio realizado pelo Presidente em 21.08.2019. Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República emitiu a Resolução nº 62, de 21 de agosto de 2019, na qual opina pela qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI e pela inclusão no Programa Nacional de Desestatização – PND da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF e dá outras providências.

<p>Ceasaminas - Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A</p>	<p>MG</p>	<p>Desestatização</p>	<p>Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase atual:</u> Estudos.</p>	<p>Retomada do processo de desestatização das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASAMINAS, incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND por meio do Decreto nº 3.654, de 07 de novembro de 2000.</p>
<p>CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo</p>	<p>SP</p>	<p>Desestatização</p>	<p><u>Decreto nº 10.045, de 4 de outubro de 2019</u></p>	<p><u>Fase atual:</u> Estudos.</p>	<p>Incluída no Plano de Privatizações em anúncio realizado pelo Presidente em 21.08.2019. Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República emitiu a Resolução nº 81, de 21 de agosto de 2019, na qual opina pela inclusão da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP no Programa Nacional de Desestatização - PND e sua qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI.</p>

<p>CEITEC - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.</p>		<p>Desestatização</p>	<p><u>Decreto nº 10.065, de 14 de outubro de 2019</u></p>	<p><u>Fase atual:</u> estudos não iniciados.</p>	<p>Incluída no Plano de Privatizações em anúncio realizado pelo Presidente em 21.08.2019.</p> <p>Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República emitiu a Resolução nº 66, de 21 de agosto de 2019, na qual opina pela qualificação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - CEITEC no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de estudar alternativas de parceria com a iniciativa privada, bem como para propor ganhos de eficiência e resultado para empresa, com vistas a garantir sua sustentabilidade econômico financeira.</p>
---	--	-----------------------	---	--	---

<p>Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, e da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT</p>	<p>RS</p>	<p>Desestatização</p>	<p>Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase atual:</u> BNDES está em fase de contratação de prestador de serviço para fazer o modelo de privatização.</p>	<p>CEEE-GT: Geração e Transmissão Parque gerador - 1.267,27 MW</p> <p>CEEE-D: Distribuição Clientes (em milhares) - 1724,1 Mercado (em GWh/ano) - 6789</p>
<p>CEB</p>	<p>DF</p>	<p>Desestatização</p>	<p>Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase atual:</u> Governo do DF contratou o BNDES para fazer o suporte técnico da desestatização.</p>	<p>Clientes (em milhares) - 1080,9 Mercado (em GWh/ano) - 5581 Parque gerador - 682,07 MW</p>
<p>CEA</p>	<p>AP</p>	<p>Desestatização</p>	<p>Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase atual:</u> Aguarda definição do MME de leilão para contratação do novo concessionário</p>	<p>Clientes (em milhares) - 204,9 Mercado (em GWh/ano) - 1053</p>
<p>CEMIG</p>	<p>MG</p>	<p>Desestatização</p>	<p>Anúncio Governamental</p>	<p><u>Fase atual:</u> proposta de privatização</p>	<p>Clientes (em milhares) - 8.427,1 Mercado (em GWh/ano) - 7474 Parque gerador - 6.100 MW</p>

				será apresentada à ALMG	
5G - Leilão do espectro de radiofrequências para redes de telecomunicações de quinta geração		Concessão Comum	Anúncio Governamental	<p><u>Fase atual:</u> Aguardando realização de Estudo Técnico de Precificação do objeto a ser realizada pela ANATEL</p>	<p>Irão a leilão faixas de frequência em quatro bandas: 700 MHz; 2,3 GHz; 3,5 GHz e 26 GHz, totalizando um espectro igual a quatro vezes o atualmente disponível para redes móveis no país.</p> <p>A faixa de 3,5 GHz é a principal banda média harmonizada para 5G em caráter global e será ofertada em 2 blocos de 100 MHz e 1 de 80 MHz nacionais e 2 blocos de 60 MHz regionalizados, sendo um deles restrito a PPP (Prestadora de Pequeno Porte) e novos entrantes em uma primeira rodada.</p>
NUCLEP – Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.	RJ	Desestatização	<u>Decreto nº 10.322, de 15 de abril de 2020</u>	<u>Fase atual:</u> estudos não iniciados	Trata-se de uma indústria de base, produtora de bens de capital sob encomenda, que atua principalmente na área de caldeiraria pesada, tendo entre

					os seus principais produtos equipamentos e carcaças de grande porte para as áreas de óleo e gás, nuclear e naval. Entre os seus clientes destacam-se a Marinha do Brasil, a Itaguaí Construções Navais (consórcio formado pela Odebrecht e a francesa DCNS, com a participação da Marinha do Brasil), a Petrobras e a Eletronuclear.
EBC - Empresa Brasileira de Comunicação	DF	Desestatização	Anúncio Governamental	<u>Fase atual:</u> Estudos não iniciados	A recomendação para qualificação da empresa no Programa de Parcerias de Investimentos para fins de estudar alternativas de parceria com a iniciativa privada, bem como para propor ganhos de eficiência e resultado para a empresa, com vistas a garantir sua sustentabilidade econômico-financeira, ocorreu em 19/11/2019, por meio da Resolução CPPI nº 98/2019.